

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2015

DE: ILDEU VIANA DA SILVA  
PARA: RICARDO LUIZ BARBOSA GUIMARÃES  
Coordenador da Comissão de Infraestrutura da FAPEMIG

**PARECER Nº 024/2015**

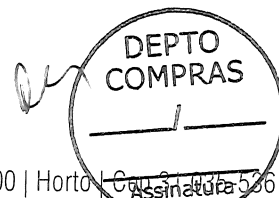
Atendendo à solicitação da Comissão de Infraestrutura de Obra relativa à construção da sede da FAPEMIG, através da CI CH GAB Nº 14/2015, procedemos à análise da possibilidade de prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços Nº 2.158/10, celebrado entre a FAPEMIG, e a empresa TOPUS CONSTRUTORA S/A, em face da superação do limite de alteração do valor permitido pelo Art. 65, § 1º da Lei Federal Nº 8.666/93.

O contrato original foi celebrado 09/10/2010, porém, em virtude de ser constatado, pela FAPEMIG, a necessidade de proceder a significativas alterações no projeto original, em virtude de inconformidades detectadas, que não foram corrigidas por parte da empresa responsável pelo projeto, culminou com a necessidade de rescisão unilateral do contrato celebrado com a empresa G-4 Arquitetura, para que a obra pudesse efetivamente atender aos seus objetivos, o que contribuiu para o atraso no seu andamento.

Além do mais, ocorreu também, atraso, em diversas ocasiões, na liberação de recursos por parte do Governo, o que levou à suspensão do andamento da obra por determinado período, tornando-se necessária a celebração de sucessivos aditamentos no contrato original celebrado com a empresa TOPUS, inclusive para viabilizar o pagamento de custos adicionais que incidiram sobre a mobilização e desmobilização de pessoal e outras despesas, o que onerou sobremaneira o custo da obra.

Por esta razão o valor atual do contrato prevê um acréscimo, descontados os reajustes anuais previstos na cláusula contratual, de 34,16% superior ao valor contratado inicial, ou seja, 9,16% a mais do que é permitido pelo Art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, que é de 25% sobre o valor inicial do contrato.

Entretanto, pelo que se vê da documentação que instrui o processo, procedeu-se a adequações no projeto inicial, mormente em decorrência da rescisão contratual supra mencionada, adequações essas com base no que dispõe o inciso I, letras "a" e "b" do Art. 65, da Lei Nº 8.666/93, que permite a modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, o que também contribuiu para que fosse extrapolado o limite de acréscimo previsto em lei.



A CI da Coordenadoria da Comissão menciona que *“atualmente, a execução dos serviços da nova sede da FAPEMIG atingiu 85% de obra realizada e já ocupamos 6 (seis) blocos/prédios desde novembro de 2014, restando apenas a conclusão do bloco 7”*.

Entretanto, *“em 04 de novembro de 2015 recebemos o ofício nº 9.7.8.116/2015/0361 da CONCREMAT, empresa contratada pela FAPEMIG para gestão da obra, encaminhando e atestando solicitação de Termo Aditivo ao valor de R\$5.971.616,22 apresentada pela Construtora Topus S/A o que, acrescido aos demais termos aditivos já aprovados, totaliza 34,16% do valor original do contrato”*.

No caso da FAPEMIG, os acréscimos no valor contratual ocorreram por força de suas cláusulas, além das questões imprevistas no início das obras, mas, sobretudo, por alterações qualitativas, em razão de alteração no projeto básico e das especificações técnicas iniciais. É de se verificar que o alongamento dos prazos de execução, em vista de circunstâncias alheias à vontade das partes, incluindo a necessidade de revisão dos projetos em decorrência da rescisão do contrato da empresa G4 – Arquitetura foram fatores preponderantes para o atraso e a onerosidade do valor contratado.

Sobre a questão ensina o Prof. Antônio Carlos Cintra do Amaral:

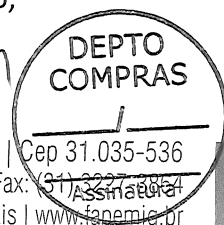
*“Note-se que em certas situações, pode constituir-se para a Administração, um dever de modificar o projeto, na medida em que esse seja o único caminho para a realização do interesse coletivo primário. A rigor, nessa hipótese não há discricionariedade administrativa por que o agente público está vinculado à modificação. Em ambas as hipóteses, a modificação pode extrapolar os limites estabelecidos na lei, como regra geral, para as extensões contratuais, já que o limite real é ditado pelo satisfatório atendimento do interesse coletivo primário”*.

A ainda sobre o tema:

*... “Várias causas poderão recomendar que se atualizem e aperfeiçoem as especificações da obra ou serviço, em termos técnicos ou de qualidade material, mantida a compatibilidade com a estrutura do ajuste”. (TÁCITO, Caio. Temas de Direito Público. 2º Volume. Rio de Janeiro, Ed. Renovar, 1997, p. 1.405).*

Em decisão do Plenário do TCU Nº 215/99, Proc. 778/2000, referente ao Contrato PGE 9/91, do DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas,

*“...concluiu-se que ante as justificativas apresentadas, entendemos como atendidos os pressupostos da Decisão 215/99-TCU Plenário, em obediência aos princípios da razoabilidade, finalidade e proporcionalidade, tendo em vista, inclusive que os graus de variação qualitativa e quantitativa não produziram nova obra, não alteraram a finalidade e características do objeto inicial avençado, conforme previsto no Projeto Básico”*.



Na CI são feitas as seguintes considerações, que nos parecem procedentes:

“Considerando o estágio avançado de execução em que os serviços realizados se encontram;

Considerando manifestação da empresa TOPUS, anexa, favorável a prorrogação do referido contrato;

Considerando a manifestação da empresa CONCREMAT, anexa, gerenciadora da execução dos serviços;

Considerando o cronograma de execução, anexo, apresentados pela TOPUS os quais foram analisados e considerados coerentes, com a possibilidade de execução, pela gerenciadora CONCREMAT”.

A interrupção da obra, para a realização de novo certame, cujo prazo licitatório demandará entre 3 a 4 meses para finalização, apenas para a conclusão da obra já realizada em sua quase totalidade, poderá ensejar, além do considerável atraso na condução do processo, prejuízo financeiro, por não se tratar de continuidade, mas de recomeço, o que implicará, certamente, em sacrifício para o interesse coletivo e da administração.

Na nossa modesta maneira de entender todos os fatos contribuem para o acerto na decisão de continuidade da obra pela empresa que a iniciou, cujos trabalhos vêm sendo realizados dentro das exigências técnicas e em conformidade com o projeto executivo.

Atenciosamente,



ILDEU VIANA DA SILVA  
Procurador Chefe

